



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento

TESE DE DOUTORADO

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
OU ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?**
Visões opostas do apoio à agricultura familiar

Autor: Elvio Quirino Pereira

Professora Orientadora Dra. Ghislaine Duque

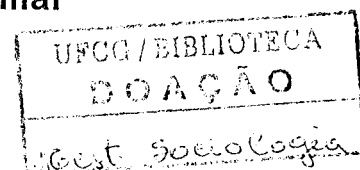
Campina Grande, 07 de Abril de 2004

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

UFCG/BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento
Tese de Doutorado

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
OU ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?**
Visões opostas do apoio à agricultura familiar



Autor: Elvio Quirino Pereira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em sociologia da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de doutor em Sociologia, sob a orientação da Professora Dra. Ghislaine Duque

Campina Grande, 07 Abril de 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTROS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCHLA /CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Área de concentração: Sociologia Rural e do Desenvolvimento
Tese de Doutorado

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL OU
ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL?
Visões opostas do apoio à agricultura familiar**

AUTOR: Elvio Quirino Pereira

ORIENTADORA: Prof^a Doutora Ghislaine Duque

Banca examinadora:

Prof^a Doutora Ghislaine Duque – Presidente (UFPB)

Prof. Doutor Danilo Nolasco Cortez Marinho (UnB)

Prof^a Doutora Maria de Nazaré Baudel Wanderley (UFPE)

Prof. Doutor Edgard Afonso Malagodi (UFPB)

Prof. Doutor Fernando Garcia de Oliveira (UFPB)

Aos meus pais: **Jorge Quirino Pereira e
Genita Martins Pereira**

Aos meus irmãos: **Shirlei, Erildo, Edberto e Eduardo**

Aos camponeses

Aos colegas das ciências agrárias

Ao professor **Ruy Rodrigues da Silva**

Aos meus dois colegas do curso de economia da UFT
que votaram contra a minha liberação para o curso de
doutorado

DEDICO

Agradecimentos

O momento de agradecer ultrapassa o nível do simples registros de pessoas que contribuíram diretamente para a realização desse projeto de vida. São contribuições diversas ao longo da minha história de formação que permitiram chegar a este trabalho de Tese, sempre incompleto. Mesmo sempre correndo o risco de ter esquecido pessoas importantes que indiretamente estiveram envolvidos nesse projeto acadêmico, muito embora o risco esteja lançado.

A professora e pesquisadora **Ghislaine Duque**, minha orientadora acadêmica, pela paciência empreendida durante o período da pesquisa, das discussões, das conversas e, em especial, na fase da redação final desse estudo. Sua orientação foi rigorosa, especialmente em meio às minhas inquietações, favorecendo uma reflexão mais consistente direcionando-a para a problemática em questão. Sua dedicação, disposição, garra e, principalmente seu compromisso é digno de exemplo e de sinceros agradecimentos.

Ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB/UFCG pela importância desta formação. Obrigado pelo empenho de seus coordenadores na difícil missão de conciliar os diferentes interesses dentro do programa.

Aos professores componentes do PPGS em Sociologia.

Ao professor **Bernard Roux** do INRA/Fr obrigado pela orientação e apoio dado durante meus estudos na França. Aos colegas residentes na *Maison do Brasil*, obrigado pela convivência.

Aos colegas integrantes do Grupo de Pesquisa da Agricultura Familiar pela oportunidade de compartilhar as reuniões e os debates que alimentaram nossa reflexão em torno do objeto de tese, em especial ao colega Paulo Diniz. Obrigado pela troca das experiências e pelas valiosas contribuições.

Aos demais colegas do PPGS em Sociologia, de maneira especial aos colegas da minha turma de Doutorado de 2000; Fátima, Hamilton, Edmundo, Giacomina, Telma, Carla, Itamar e Cristina. Obrigado pelos debates e conversas informais.

Aos funcionários do PPGS em Sociologia, representados nas figuras do Joazinho, Nancy, Sandra, Rinaldo e Rose. Obrigado pela sua paciência, dedicação e responsabilidade dispensados em vários momentos dessa jornada.

Aos técnicos e gestores da EMATER-PB pelo apoio dado durante a pesquisa de campo.

Agradeço especialmente ao SINTER-PB e aos entrevistados que forneceram todas as informações solicitadas de modo incondicional.

Aos assessores técnicos e dirigentes da ASPTA e do PATAC. Obrigado pelo apoio durante a pesquisa e pela oportunidade do aprendizado durante o acompanhamento das dinâmicas junto com os agricultores.

Aos agricultores familiares e as lideranças sindicais entrevistadas, especialmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e demais sindicatos da região do Pólo da Borborema.

As instituições componentes da ASA-PB, obrigado pelo apoio.

Aos cidadãos brasileiros que através da Capes financiaram, parcialmente, a bolsa de estudo.

Aos cidadãos tocantinenses que através da Universidade do Tocantins — UNITINS e, posteriormente, da Universidade Federal do Tocantins — UFT, viabilizaram o meu afastamento para realização desse estudo. Obrigado aos membros da congregação do curso de economia, especialmente aqueles que aprovaram minha saída para o doutoramento.

*Para minha esposa Adalgiza e minha filha Rafaella
Que, de forma tão diferente e especial, estão presentes nesta Tese
e na minha vida.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE TABELAS, MAPAS, QUADROS, ORGANOGRAMAS

RESUMO

ABSTRACT

RESUMÉ

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	04
Estrutura da tese	06

Capítulo 1 – O OBJETO DE ESTUDO E O MÉTODO

1.1 - A importância do estudo da assistência técnica e extensão rural como objeto de análise sociológica	10
1.2 - As questões investigadas	18
1.3 - As hipóteses	19
1.4 - A metodologia	20

Capítulo - 2 PROBLEMÁTICA TEÓRICA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 – Introdução	26
2.2 - Aprofundando o conceito de assistência técnica e extensão rural	29
2.3 - A contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural brasileira	33
2.4 - O modelo de desenvolvimento rural da revolução verde	38
2.4.1 - Origem e caracterização do modelo	38
2.4.2 - As consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais dos pacotes tecnológicos da revolução verde	42
2.5 - O modelo de desenvolvimento rural da agroecologia	47
2.6 - A agricultura familiar e sua importância	55

2.6.1 - O conceito de agricultura familiar	55
2.6.2 - A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento	59

Capítulo - 3 A EMATER-PB A SERVIÇO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO VERDE

3.1- Introdução	66
3.2 - Os problemas na origem da Emater-PB	69
3.3 - Os problemas no modelo e nos princípios que orientam as estratégias da Emater	72
3.3.1 - Da estrutura e da gestão	73
3.3.2 - Da falta de autonomia	81
3.3.3 - Da ausência de parcerias e alianças com os movimentos sociais dos agricultores	82
3.3.4 - Do planejamento e do diagnóstico	83
3.3.5 - Das metodologias	85
3.3.6 - Da avaliação e do controle dos resultados	89
3.3.7 - Da formação e capacitação dos técnicos	93
3.4 - Conclusão — uma outra Emater-PB é possível?	94

Capítulo – 4 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO LUMIAR

4.1 – Introdução	101
4.2 - As diferenças na sua própria origem	101
4.3 - As diferenças na concepção e nos princípios do projeto	103
4.4 - As diferenças da organização do projeto	107
4.5 - As diferenças da participação dos agricultores no projeto	112
4.6 - As diferenças das metodologias do projeto	112
4.7 - As diferenças no diagnóstico e no planejamento do projeto	114
4.8 - As diferenças da avaliação do projeto	116
4.9 - As diferenças no papel do técnico do projeto	116
4.10 - As dificuldades do projeto Lumiar	117
4.11- Conclusão: o Lumiar — uma experiência positiva e diferente	126

Capítulo – 5 AS EXPERIÊNCIAS DO PATAC E DA AS-PTA:

Um serviço de assessoria técnica e social

5.1 – Introdução	133
5.2 – Origem, estratégias, princípios e área de ação da AS-PTA	135
5.3 – Origem, estratégias, princípios e área de ação do PATAC	141
5.4 - Os métodos de trabalho	149
5.4.1 – Os agricultores experimentadores	151
5.4.2 - O diagnóstico e o planejamento	152
5.4.3 - A avaliação e controle das atividades	154
5.4.4 - A participação dos agricultores	156
5.5 - As dificuldades das experiências	158
5.6 – Conclusão: os resultados das experiências	161
CONCLUSÕES	165
Condições para uma outra assessoria técnica e social voltada à agricultura familiar	165
BIBLIOGRAFIA	175
ANEXOS	
Síntese cronológica da assistência técnica e extensão rural no Brasil	191
Roteiro de entrevistas	197
Relação dos entrevistados	202
Relação dos municípios da Paraíba atendidos pela EMATER-PB	203
Dados gerais da EMATER-PB	204
Documentário fotográfico da pesquisa de campo	205
Dados do planejamento e da avaliação da EMATER-PB	211

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
- AIA – American International Association for Economic and Social Development.
- ASA/PB – Articulação do Semi-árido da Paraíba
- AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- COMPATER – Comissão de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- CONTACAP – Conta Cooperativa de Capacitação
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DRP – Diagnóstico Rápido Participativo
- EMATER/PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (nível estadual)
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FASER – Federação das Associações dos Servidores da Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LUMIAR – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MST – Movimento dos Sem- Terra
- ONG – Organização Não-Governamental
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
- PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária
- PROATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PROCERA – Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SINTER /PB - Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR – União Democrática Ruralista

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE TABELAS, FOTOGRAFIAS, QUADROS ORGANOGRAMAS E MAPAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores de abrangência da EMATER-PB	76
Tabela 2. Distribuição do público potencial dos agricultores familiares da Paraíba	76
Tabela 3. Relação entre o público potencial e atendido pela EMATER-PB	77
Tabela 4. Participação das prefeituras municipais no trabalho da EMATER-PB	78
Tabela 5. Distribuição dos recursos humanos nas regionais da EMATER-PB	80
Tabela 6. Relação de técnicos, gestores e agricultores entrevistados individualmente	202
Tabela 7. Relação de municípios com escritório da EMATER-PB	203
Tabela 8. Principais indicadores da EMATER-PB	204
Tabela 9. Escritórios regionais, escritórios locais e municípios atendidos pela EMATER	204
Tabela 10. Número de técnicos em contato com o público, famílias atendida por técnicos e técnicos por município da EMATER-PB	204
Tabela 11. Faixa salarial dos técnicos da EMATER-PB	204
Tabela 12. Orçamento da EMATER ano 2001	204
Tabela 13. Gastos realizados por família atendida e potencial pela EMATER-PB	204

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Agricultores experimentadores fazendo uma demonstração sobre confecção de feno de forma simples para a criação animal na região Soledade-PB	205
Fotografia 2. Mostra o trabalho dos agricultores e o material utilizado são restos de cultivos	205
Fotografia 3. Mostra a sede da AS-PTA município de Esperança-PB	206
Fotografia 4. Feira Agroecológica de Lagoa Seca, organizada pelo Sindicato com apoio da AS-PTA, onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.	206
Fotografia 5. Visita de intercâmbio na propriedade de um agricultor experimentador no município de Lagoa de Roça-PB	207
Fotografia 6. Grupo de agricultores experimentadores discutindo os resultados observados na visita de intercâmbio	207
Fotografia 7. Demonstração de um agricultor experimentador sobre a queima de ossos de bovinos para ser triturado e usado na fabricação do sal mineral para alimentação animal	208
Fotografia 8. Agricultores misturando os ingredientes para a fabricação do sal	208

mineral	
Fotografia 9. Barragem subterrânea utilizada para a produção de diversos cultivos, uma alternativa simples e adaptada a realidade dos agricultores familiares do semi-árido	209
Fotografia 10. Mostra o grande cuidado que os agricultores experimentadores têm com as barragens com o objetivo de evitar a erosão.	209
Fotografia 11. Feira Agropecuária de Campina Grande, organizada pela EMATER-PB. Local onde o pesquisador entrevistou vários agricultores e técnicos.	210
Fotografia 12. Feira Agropecuária de Campina Grande (Centro)	210
Fotografia 12. Mostra uma visita de intercâmbio onde os agricultores estão conhecendo os resultados do Biofertilizante fabricado pelos próprios agricultores experimentadores.	211
Fotografia 13. Paisagem que mostra a ocupação do espaço por várias propriedades de agricultores familiares no município de Remigo-PB.	211

QUADROS

Quadro 1. Algumas características para a diferenciação entre os modelos de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecologia	54
--	----

ORGANOGRAMAS

Organograma 1. A estrutura da EMATER-PB	74
Organograma 2. A estrutura do PROJETO LUMIAR	111

MAPAS

Mapa 01: Municípios com escritórios da EMATER na Paraíba	75
--	----

RESUMO

O objetivo do trabalho foi estudar casos de assistência técnica oficial e alternativa (EMATER-PB, Projeto LUMIAR, AS-PTA e PATAC), procurando refletir sobre as condições de sua adequação para apoiar eficientemente a agricultura familiar. Com este propósito, procurou-se investigar: Qual é o papel do Estado e das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural frente à agricultura familiar? Quais são as relações, alianças e conflitos entre técnicos e agricultores? É possível identificar e construir outras relações que façam com que os agricultores possam construir seus próprios projetos de maneira mais autônoma? Além disso, buscou-se verificar como as metodologias de trabalho utilizadas pela assistência técnica favorecem ou inibem esse processo e quais são os limites e as possibilidades de existir uma outra assistência técnica voltada aos interesses dos agricultores familiares. Os resultados da pesquisa evidenciaram que é imprescindível melhorar o diálogo entre os técnicos e os agricultores familiares dentro dos programas de assistência técnica. O aprimoramento desse diálogo deve ocorrer no momento da concepção e implementação dos programas de assistência, mas, sobretudo, no processo de avaliação dos mesmos, através da participação direta dos agricultores. Este estudo aponta para a necessidade de repensar teoricamente e a partir de experiências práticas o controle social dos programas de apoio à agricultura familiar. Do ponto de vista técnico e metodológico, as estratégias participativas implementadas no Projeto LUMIAR, na AS-PTA e no PATAC, baseadas na agroecologia, mostram a grande capacidade da agricultura familiar de aproveitar a diversidade dos recursos biológicos e a otimização do uso da mão-de-obra, com o intuito de consolidar-se como uma estratégia de desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The aim of this work was to study cases of official and alternative technical assistance (EMATER-PB, Project LUMIAR, AS-PTA and PATAC), seeking to reflect over the conditions of its adequacy to efficiently support family agriculture. With this purpose, we tried to investigate: Which is the role of state and public politics for technical assistance and countryside extension concerning family agriculture? Which are the relationships, agreements and conflicts between technicians and farmers? Is it possible to identify and build up other relationships which can make farmers able to design their own projects in a more autonomous way? Besides, we tried to verify how the work methodologies used by the technical assistance favor or hamper this process, and which are the limits and possibilities of existence of another technical assistance which is concerned with the interests of family farmers. The results of study gave evidence that it is crucial to improve the dialog between technicians who are in charge of the technical assistance programs and family farmers. The improvement of this dialog must take place at the time of conception and implementation of assistance programs, but mostly, in the process of their evaluation, through direct participation of the farmers. This study highlights the need to reconsider, in a theoretical way and from practical experiences, the social control of the programs for supporting family agriculture. From the methodological and technical point of view, the participate strategies developed in the Project LUMIAR, at AS-PTA and at PATAC, based on agroecology, show the great ability of family agriculture to take advantage of the diversity of biological resources and optimization of the use of manual work, with the objective of consolidating as a strategy of rural development.

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail a été d'étudier divers cas d'assistance technique officielle et alternative (EMATER-PB, Projet LUMIAR, AS-PTA et PATAC), en essayant de réfléchir aux conditions de son adéquation pour appuyer efficacement l'agriculture familiale. Dans ce but, on a cherché à répondre aux questions suivantes: Quel est le rôle de l'Etat et des politiques publiques d'assistancetechnique et extension rurale envers l'agriculture familiale? Quelles sont les relations, alliances et conflits entre assistants techniques et agriculteurs? Ést-il possible d'identifier et de construire d'autres relations pour que les agriculteurs arrivent à construire leurs propres projets de forme autonome? On a aussi cherché à vérifier comment les méthodologies de travail utilisées par l'assistance technique favorisent ou inhibent ce processus, et quelles sont les limites et les possibilités d'une autre assistance technique qui soit en faveur des intérêts des agriculteurs familiaux. Les résultats de la recherche mettent en évidence qu'il est indispensable d'améliorer le dialogue entre assistants techniques et agriculteurs familiaux dans les programmes d'assistance technique. Ce dialogue doit exister dès la conception et l'implantation des programmes d'assistance, mais, surtout, au cours de leur évaluation, par la participation directe des agriculteurs. Cette étude indique la nécessité de repenser théoriquement et à partir d'expériences pratiques le controle social des programmes d'appui à l'agriculture familiale. Du point de vue technique et méthodologique, les stratégies participatives implantées par le Projet Lumiar et par les deux ONG sur la base de l'agroécologie, montrent la grande capacité de l'agriculture familiale à utiliser au mieux la diversité des ressources biologiques et tout le potentiel de la main d'oeuvre dans l'intention de se consolider comme stratégie de développement rural.

APRESENTAÇÃO

A decisão de estudar a temática da assistência técnica tem a ver com as minhas origens, pois sou filho de um agricultor que sofreu as conseqüências do bloqueio das políticas públicas brasileiras voltadas para agricultura familiar. Desde a fase da adolescência, ao trabalhar durante o período de “férias” na lavoura, procurei entender, mesmo empiricamente: Qual era a importância da agricultura familiar? E por que tínhamos que realizar aquelas intensas e diversas atividades para cuidar dos cultivos e das criações? Descobri parcialmente sua complexidade e relevância ao constatar que o projeto de vida de minha família viabilizou-se por ter sido centrado na agricultura familiar.

Posteriormente, em busca de uma formação profissional, ingressei no curso de agronomia da Universidade Federal de Goiás — UFG e deparei-me com um modelo de escola destinada à formação de “técnicos” em que o ensino estava voltado para a transmissão de informações tecnológicas transcritas em inúmeros manuais (de adubação, de entomologia, de fitopatologia, de máquinas e motores, de irrigação, dentre outros). Portanto, no decorrer do curso, verifiquei que as metodologias e os conteúdos oferecidos na universidade eram inadequados à realidade da agricultura familiar. Então, decidi procurar complementar minha formação participando de outros meios não formais de aprendizagem, especialmente junto ao grupo de estudos sobre a agricultura alternativa. Foi através da participação nesse grupo que as minhas questões puderam ser parcialmente compreendidas, embora com muitas inquietações e respostas limitadas.

Outro momento relevante foi quando, ao iniciar os primeiros trabalhos na Universidade do Tocantins — UNITINS; procurei me inserir no grupo de pesquisa da agricultura familiar que desenvolvia um trabalho junto aos agricultores experimentadores na região sul do Estado do Tocantins. Foi a partir dessa experiência que algumas das questões anteriores puderam ser compreendidas.

Durante o curso de mestrado em sociologia na UnB, aprofundi meus estudos na área de ciência, tecnologia e sociedade, onde escrevi uma dissertação sobre o “*desenvolvimento agrícola em regiões de fronteira: o caso do município de Formoso do Araguaia-TO*”, onde procurei compreender as características, o funcionamento e a organização dos três principais sistemas de produção da região e suas relações com os atores sociais, com especial atenção para a produção da agricultura familiar.

As minhas reflexões sobre a agricultura familiar e a assistência técnica continuaram durante o trabalho de pesquisa nos assentamentos da Reforma Agrária, especialmente na coordenação do trabalho de coleta de dados do Censo Agrário de 1996 e, posteriormente, como Supervisor Externo do Projeto LUMIAR — Programa de Assistência Técnica e Social destinado aos agricultores assentados da Reforma Agrária — implementado pelo INCRA em 1997. Nessa oportunidade, foi possível vivenciar e participar “in loco” das problemáticas relacionadas à assistência técnica. Destaca-se que durante a implementação desse programa surgiram novos questionamentos, fruto dos debates entre os atores do LUMIAR. Essa experiência despertou-me o interesse de aprofundar os estudos na área.

Durante a participação no trabalho da pesquisa de avaliação exploratória do Projeto LUMIAR, tive, novamente, a oportunidade de retornar ao estudo da assistência técnica voltada à agricultura familiar, através de um processo de reflexão coletiva no interior do grupo de pesquisa multidisciplinar responsável pela execução do referido estudo. Nessa pesquisa, foram analisados diversos documentos, relatórios de trabalho das equipes e realizadas entrevistas diretamente com os atores internos e externos envolvidos no referido programa em oito Estados brasileiros; finalmente, os resultados foram analisados e debatidos intensamente pelos membros do grupo, resultando num relatório final de consultoria apresentado aos gestores do INCRA e encaminhado aos demais atores do Projeto.

A decisão de aprofundar os estudos foi sendo amadurecida durante a realização das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e, em especial na disciplina de sociologia rural e nas discussões junto ao Grupo de Pesquisa sobre a

Agricultura Familiar, onde a problemática da assistência técnica consolidou-se como objeto de tese.

Durante a realização dessa investigação, resolvi completar a minha formação participando do programa de doutorado “sanduíche” oferecido pela CAPES com o objetivo de conhecer outros modelos e tipos de assistência técnica. Nesse programa fiz um estágio de 6 (seis) meses na França, onde estudei a organização e o funcionamento da agricultura e dos serviços de assistência técnica oferecidos pelo Estado em parceria com os agricultores. Durante esse período realizei diversas visitas na região sul, onde tive a oportunidade de entrevistar agricultores e técnicos, procurando conhecer os aspectos positivos e negativos do modelo francês. Vale ressaltar que foi extremamente importante conhecer outra experiência para poder melhor analisar e compreender a nossa realidade, particularmente, nos aspectos da participação e do controle social exercido pelos sindicatos dos agricultores franceses junto aos serviços de assistência técnica.

Finalmente, reconheço os limites teórico-metodológicos dessa investigação, pois tenho consciência de suas limitações que poderão ser superadas pela incorporação das sugestões dos avaliadores dessa Tese e também através de novos estudos que venham a incluir outras abordagens aqui não tratadas.

INTRODUÇÃO

Entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional das práticas e técnicas agrícolas modernas no período pós-guerra, a marginalização dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente nos países menos desenvolvidos, tem sido identificada. Essa desconsideração dos conhecimentos e das capacidades dos agricultores tem marcado todas as fases dos processos do desenvolvimento rural. Nos centros de pesquisa onde foram desenvolvidos os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, as prioridades das pesquisas foram definidas sob a influência dos interesses das grandes empresas produtoras de insumos agrícolas e do setor industrial, privilegiando métodos cujos critérios de validade e utilidade restringiram-se a situações idealizadas em laboratório. Por sua vez, a assistência técnica e extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais, taxando-as de ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, colocando-as como obstáculo para a adoção desses pacotes tecnológicos.

A partir das décadas de 80 e 90 começou a surgir uma reação às abordagens lineares e verticais que caracterizaram esse processo de transferência de tecnologia. Essa reação tem ganhado força no ambiente das ciências sociais e agrárias, assim como em diversas instituições que trabalham com o desenvolvimento rural (ONG's, agências de fomento e certos órgãos governamentais), cobrando o reconhecimento dos papéis dos agricultores e dos técnicos das ciências agrárias, tanto da pesquisa quanto do ensino e da extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e as possibilidades dos agricultores, considerando-os como pessoas capazes de participarem ativamente de todas as fases do desenvolvimento e colocando o seu conhecimento como elemento-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis.

Esse estudo busca refletir à luz das teorias da sociologia rural e do desenvolvimento sobre três experiências de serviços de assistência técnica e extensão rural (EMATER-PB, Projeto Lumiar e duas ONG's — AS-PTA e PATAC). Através dessas reflexões, levanto um questionamento sobre a necessidade de se gerar um paradigma científico diferente desse

que está vinculado à agricultura “moderna”, onde se possa resgatar e incorporar os conhecimentos dos agricultores que foram marginalizados na implantação das políticas públicas agrícolas de pesquisa, de ensino e de extensão rural.

Nesse trabalho destaco a necessidade de colocar os agricultores familiares no centro do processo de desenvolvimento rural, onde o seu papel não será mais apenas o de ser receptores de tecnologias e de programas de desenvolvimento, mas sim de ser atores ativos, com poder e capacidade de definir estratégias, propor soluções para os problemas que julgarem ser os mais importantes. O estudo não pretende idealizar o conhecimento popular dos agricultores, como melhor e mais apropriado que o conhecimento científico para enfrentar os desafios colocados nas diversas etapas do processo de desenvolvimento rural. Não se trata tampouco de um simples exercício acadêmico. Esse estudo vai mais longe: procuro mostrar que, efetivamente, existem alternativas viáveis de se implementar uma outra assistência técnica. Reconheço que a abordagem participativa tem limitações, especialmente ao nível da aplicação prática, o que serve para chamar a nossa atenção no sentido de não buscarmos visões reducionistas de fenômenos que são, por natureza, complexos, como os processos de inovações tecnológicas voltadas à agricultura familiar.

Portanto, conforme recomenda SANTOS (2000), prefiro adotar uma atitude de prudência no processo de construção do conhecimento; por isso considero que os atores sociais e seus conhecimentos estão envolvidos em processos de mudança, especialmente quando tratamos de tecnologias agropecuárias que estão vinculadas aos interesses de diversos grupos sociais. Considero também que as culturas e as tecnologias são produtos da sociedade e, por isso são dinâmicas, sofrem múltiplas transformações, em função das necessidades e das pressões sócio-econômicas do conjunto da sociedade. Por isso, não aceito tampouco a idéia reducionista de que os agricultores familiares estão sozinhos, à espera de novas abordagens, informações ou de pacotes alternativos, prontos para serem adotados, agora, dentro de uma metodologia aparentemente participativa voltada para uma agricultura sustentável. Ao contrário, a própria história da agricultura familiar no mundo e, em especial no Brasil, vem demonstrando que os agricultores têm sido extremamente

hábeis e ativos no sentido de promover a sua reprodução social em meio aos bloqueios das políticas liberalizantes dos Estados Nacionais.

Como mostra Giddens (1989), existe uma grande capacidade de um ator individual ou coletivo processar experiências sociais, dentro de determinados limites de informação e incertezas e outras restrições objetivas. Considero que o agricultor familiar é sujeito, ou seja, ao mesmo tempo em que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou aliviar a penosidade do trabalho físico, luta também contra a racionalidade instrumental produzida pela ciência moderna que tenta transformá-lo em instrumento ou objeto. Uma maneira de afirmar como sujeito se dá pela não implementação das recomendações dos técnicos que, na maioria das vezes, não levam em conta a realidade e as lógicas internas da agricultura familiar. Outra forma de reação dos agricultores é também através do seu silêncio.

Com esta tese, evidenciarei que é possível haver uma interação e troca de saberes entre os agricultores e técnicos, ou seja, podemos promover a criação conjunta de conhecimentos e tecnologias voltadas ao interesses dos agricultores familiares, embora reconheça que os processos de transformação dos conhecimentos são cheios de aspectos conflituosos e relações de poder; pois os processos de desenvolvimento são complexos, permeados por interesses e valores envolvendo negociações, acomodações, conflitos, fatores que não podem ser considerados somente como negativos conforme nos mostra FOUCAULT (1979) e SIMMEL (1983).

Estrutura da tese

A tese está constituída por introdução, cinco capítulos, conclusões, bibliografia e anexos.

No Capítulo 1, intitulado **O objeto de estudo e o método**, apresento as razões que justificam a realização desse estudo do ponto de vista sociológico, levantando um conjunto de questões que funcionaram como eixos centrais de investigação. Estabeleço três hipóteses

de trabalho e descrevo quais foram os critérios metodológicos utilizados, bem como as estratégias do trabalho de campo.

No Capítulo 2, dedicado é **Problemática teórica: assistência técnica, desenvolvimento rural e agricultura familiar**, numa primeira parte, faço uma análise sobre o conceito de assistência técnica e apresento uma contextualização dos paradigmas sobre a assistência técnica e extensão rural. Numa segunda parte, trato de algumas das conseqüências (econômicas, sociais, políticas e ambientais) da implantação do modelo de desenvolvimento da Revolução Verde, tanto nos aspectos ligados ao ensino, à pesquisa e à assistência técnica e extensão rural. Nesse modelo foram inseridos diversos mecanismos de difusão e transferência de tecnologias com finalidade de “modernizar” a agricultura. Tal modelo revelou ser eficiente apenas sob determinados aspectos do aumento da renda e da produtividade e demonstrou a enorme capacidade da ciência. Porém, esse modelo tem provocado muitos impactos negativos, gerando exclusão social e degradação do meio ambiente, sobretudo para os agricultores familiares que não têm acesso aos recursos físicos e financeiros demandados por essas tecnologias “modernas”. Numa terceira parte, observo que as recentes transformações e a dinâmica da economia mundial têm lançado novos desafios aos processos de desenvolvimento rural. Surgiram diversas críticas a esse modelo que ficou direcionado somente para o aumento da produção e da produtividade. Assim, começaram a surgir outras abordagens interessadas a buscar a sustentabilidade e a equidade. Dentro desse contexto, verifico numa quarta parte, porque a agroecologia vem se mostrando como uma alternativa para promover a agricultura familiar. Analiso como os princípios da agroecologia como a diversidade, a solidariedade, a participação e o respeito ao meio ambiente, abrem oportunidades para um diálogo com os agricultores familiares, contrapondo-se às lógicas do modelo da Revolução Verde. Na última parte desse capítulo apresento uma discussão sobre o conceito de agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento.

Os capítulos 3, 4 e 5 apresentam os resultados da pesquisa de campo. No Capítulo 3, denominado **A Emater-PB a serviço do modelo de desenvolvimento da Revolução Verde**, faço uma abordagem crítica da maneira como vêm sendo promovidos os serviços

dentro da empresa estadual de assistência técnica e extensão rural — EMATER/PB. Verifico que os serviços oferecidos não respeitam a lógica de organização e de funcionamento da agricultura familiar, por isso não atendem aos desejos e projetos dos agricultores familiares. As metodologias utilizadas baseadas nos pacotes tecnológicos por produtos ou criações são inadequadas à agricultura familiar. Toda a gestão, o sistema de diagnóstico, de planejamento e de avaliação da instituição estão dentro da lógica e a serviço do modelo da Revolução Verde, especialmente, a avaliação que é essencialmente quantitativa. Mostro ainda que os técnicos impõem projetos que, na maioria das vezes, atendem somente aos interesses do poder político local. As relações entre os técnicos e os agricultores são permeadas por conflitos, por isso não se tem uma aliança com os agricultores familiares que não participam das atividades nem das decisões da extensão oficial.

No Capítulo 4, intitulado **A experiência do Projeto Lumiar**, procuro identificar em que aspectos o Projeto LUMIAR foi inovador e diferente. Analiso a origem do Projeto, a organização, os processos do diagnóstico, do planejamento e os processos de avaliação. Apresento os aspectos que o diferenciava do modelo oficial, em especial em relação à questão da participação dos agricultores num processo de co-gestão entre o Estado e a sociedade. Discorro sobre as diversas questões que se mostraram conflituosas durante a implantação do Projeto, dentre elas a questão das dificuldades da promoção da participação. Verifico que esse problemas já se apresentavam, mesmo antes da implantação do Projeto. Apesar disso, foram mantidos pelos gestores do INCRA dentro das diretrizes do LUMIAR. Concluo que mesmo existindo problemas e conflitos, havia um grande envolvimento dos movimentos sociais e dos representantes dos agricultores familiares com o Projeto, que estava permitindo a construção de uma aliança entre produtores e técnicos. As relações estabelecidas eram mais harmônicas, e por isso, os resultados mostravam-se muito promissores. Porém, o Estado, de maneira autoritária e unilateral, decidiu abandonar a implantação do Projeto sem antes consultar os agricultores familiares e sem promover uma avaliação mais consistente sobre os resultados alcançados.

No Capítulo 5, denominado *As experiências do PATAC e da AS-PTA*, apresento a experiência de duas ONG's (PATAC e AS-PTA) que atuam na Paraíba. Analiso como essas organizações foram criadas, quais os seus princípios orientadores, suas formas de organização, suas metodologias, os seus processos de diagnóstico, de planejamento e de avaliação. Destaco quais são os aspectos metodológicos da experiência que a diferenciam dos dois modelos anteriores (EMATER-PB e Projeto LUMIAR), buscando evidenciar de que maneira as atividades são promovidas e, principalmente, como se dá a participação dos agricultores familiares, inclusive, na fase de construção dos conhecimentos com os agricultores experimentadores que, dentro da proposta da agroecologia, são considerados elementos-chave. Mostro também que as relações entre assessores e agricultores são harmônicas e constato a existência de uma aliança muito forte com os sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

Finalmente, no Capítulo 6, apresento as conclusões quanto à necessidade de promover um outro modelo de desenvolvimento e uma outra assistência técnica, buscando contribuir para a discussão sobre a elaboração e implementação de uma outra assistência técnica e extensão rural voltada à agricultura familiar.

Capítulo 1

O OBJETO DE ESTUDO E O MÉTODO

1.1 – A importância da assistência técnica e extensão rural como objetos de análise sociológica

Segundo SÁNCHEZ DE PUERTA (1996: 22), o estudo da teoria e da prática da assistência técnica e extensão rural nos permite evidenciar as diversas concepções de agricultura e da sociedade rural, necessidades e mitos da sociedade. Cada modelo de extensão rural revela o que a sociedade espera e demanda da agricultura e do mundo rural, a concepção de sua natureza e de sua funcionalidade no conjunto da sociedade.

Através dos estudos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, encontraremos, por exemplo, as mudanças nas demandas da sociedade global junto à agricultura e à sociedade rural, em função das necessidades de cada momento histórico (tendo em vista determinados processos de urbanização e industrialização) e as possíveis soluções tecnológicas para satisfazê-las. Poderemos encontrar também nesses modelos diversas concepções sobre a evolução da agricultura, de seus métodos, meios, instrumentos e agentes, bem como aspectos das condições do progresso econômico e social – e da modernização – (além das diversas visões de progresso e da própria modernização), da natureza do conhecimento científico e do conhecimento popular, e de suas relações, condições e respectivas funcionalidades, de seus processos de comunicação, da estrutura e da ordem social, dos sistemas de valores e crenças (morais, religiosas, políticas, etc.) e, finalmente, de seu significado na história e cultura nacional e regional.

O estudo da assistência técnica e extensão rural revela sempre, como realidade social, um interesse mais amplo que sua função de ser apenas instrumento da modernização da agricultura e do mundo rural. Através da difusão de técnicas, objetos declarados e justificados da extensão rural, são difundidos também valores e normas, lógicas de

racionalidades produtivas, modelos disciplinares, concepções do que é ser um “bom agricultor” e, principalmente, mecanismos de autonomia ou subordinação econômica, social e política.

Desde as primeiras experiências da assistência técnica e extensão rural desenvolvida nos diferentes países, mediante as cartilhas de catequismo, dos diários dos missionários, das escolas-fazenda, das fazendas-modelos experimentais, ou dos laboratórios agrícolas, a extensão rural foi, na maioria das vezes, desenvolvida com um caráter propagandista, com suas instituições rurais e suas estruturas de pessoal volante. Através da implantação do modelo extensionista americano, com sua estrutura de agências comerciais, agentes profissionais e suas ações sobre os agricultores e suas famílias, usando as modernas teorias de “*farming system*”, “*local knowledge*”, “*knowledge interfaces*” e “*desarrollo sustentable*”, encontramos sempre comportamentos, normas, valores, atitudes, objetivos, meios de ação etc., cujo significado extrapola a questão agrária e, evidentemente, reveste um enorme interesse para a sociologia.

Por um lado, quase sempre o par “assistência técnica e extensão rural” vem se apresentando como um instrumento de mudança social (ao mesmo tempo em que também faz parte do processo de mudança); tem-se apoiado na sociologia, na psicologia social, na antropologia, dentre outras disciplinas. A extensão se utiliza também de instrumentos como a dinâmica de grupos, o desenvolvimento comunitário, a teoria da comunicação, observação participante, teorias pedagógicas e todos os demais instrumentos conhecidos das ciências sociais. Ressalta-se ainda que a prática dos técnicos extensionistas também tem mostrado ser um magnífico laboratório para a sociologia rural e do desenvolvimento.

Por outro lado, as atuais teorias e práticas da assistência técnica e extensão rural estão apresentando profundas transformações que afetam suas próprias origens. Essas mudanças não estão ocorrendo somente no campo da agricultura e da sociedade rural, mas em toda a sociedade, que está hoje mais globalizada do que nunca.

Em primeiro lugar, as novas tecnologias da comunicação e da informatização proporcionam instrumentos revolucionários que estão modificando não somente os meios da extensão, mas também a sua própria natureza (por exemplo, quanto ao seu destino e interações). Em segundo lugar, os novos papéis que a sociedade globalizada demanda aos espaços rurais e à própria atividade agrária, já não se referem mais exclusivamente à produção primária, mas se relacionam ao lazer e a funções de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Além disso, a globalização dos mercados de produtos agrícolas, a crise do produtivismo, o controle sanitário, a valorização do meio ambiente e a demanda de alimentos naturais favorecem e ampliam os questionamentos do modelo extensionista clássico, baseado nas teorias — clássicas do funcionalismo — da modernização e da difusão de inovações tecnológicas.

Na atualidade, buscam-se outros modelos de extensão rural mais interativos, multidirecionais e respeitosos não somente do meio natural, mas também do meio sócio-cultural local, valorizando o conhecimento popular tradicional, não apenas como uma expressão e exigência de caráter instrumental e funcional. Essa procura aparece como uma exigência democrática (que exige a participação da população afetada, superando sua condição de sujeitos passivos do desenvolvimento), mas passa também pela exigência do reconhecimento de outros modelos mais plurais do ponto de vista cultural e ideológico.

Durante os últimos anos, o debate sobre o desenvolvimento rural se intensificou não somente nos países desenvolvidos, mas também no Brasil, transformando-se numa questão de extrema relevância para o nosso futuro. Do ponto de vista acadêmico, o debate tem sido concentrado em alguns centros de pesquisa que investigam as questões ligadas ao mundo rural, particularmente nas Universidades Públicas, que possuem no âmbito da pós-graduação programas de formação que estudam essa temática. Observa-se também um rico e intenso debate em algumas ONG's e movimentos sociais rurais, sobretudo por trazerem, a partir de suas experiências práticas, problemas concretos que enriquecem a reflexão acadêmica. No entanto, estas discussões vêm tendo dificuldades de penetrar e influenciar as

instituições elaboradoras das políticas públicas do Estado, em especial as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ao estudar os serviços de assistência técnica destinados aos agricultores familiares, estar-se-á realizando uma discussão sobre o modelo do desenvolvimento rural brasileiro. Assim, partimos de um pressuposto de que os modelos, as ações tecnológicas e metodológicas desenvolvidos pelos serviços de assistência técnica influenciaram e influenciam os projetos dos agricultores familiares. Neste estudo, a intenção é contribuir com o referido debate, colocando os serviços de assistência técnica como um objeto de análise sociológica, tendo também a preocupação de estudar algumas das experiências em curso no interior das próprias ações das agências oficiais, das ONG's e dos movimentos sociais rurais.

As transformações do mundo rural contemporâneo estão ampliando e renovando o campo de pesquisa. Em relação à divisão rural-urbano, pode-se descartar a idéia que a homogeneização pretendida pelo processo da modernização agrícola e pela integração da agricultura à agroindústria ocorreu. Atualmente, em vários países, evidencia-se um processo do renascimento, de revitalização do rural, ao mesmo tempo em que antigos atores sociais desse espaço, os agricultores, procuram novas estratégias para conservar ali seu espaço de vida e produção (WANDERLEY, 2000).

O debate sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural não ocorre somente no Brasil, mas ele acontece em várias partes do mundo. De acordo com ECHENIQUE (1998), há um consenso de que os modelos "difusionistas" tradicionais de assistência técnica e extensão rural implantados desde a década de 50 estão esgotados e precisam ser reformulados em função das grandes transformações ocorridas na agricultura e no mundo. Inclusive vários países da América Latina estão procurando reorganizar seus serviços de extensão, aproveitando as suas próprias experiências dos últimos anos.

No bojo dessas transformações, intensificam-se as pressões para promover o modelo de desenvolvimento sustentável. Portanto, existe um movimento para que a assistência

técnica e extensão rural venham a transformar a sua prática convencional atendendo a essas novas exigências da sociedade. A crise sócio-ambiental, gerada pelos estilos convencionais de desenvolvimento, contribuiu para ampliar as críticas sobre o modelo de assistência técnica e extensão rural baseado na difusão de inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde.

A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover resultados equânimes e sustentáveis, não sendo capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou das questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis para os agricultores pobres nem se adequaram às suas condições agroecológicas e sócio-econômicas.

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável ganhou rápido impulso em resposta ao declínio na qualidade de vida urbana, bem como à degradação da base de recursos naturais associados à agricultura moderna. O conceito de sustentabilidade é controverso; mesmo assim, é útil, pois reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais; isto é, o desenvolvimento agrícola resulta da complexa interação de muitos fatores. Dessa forma, observa-se que a produção agrícola deixou de ser apenas uma questão puramente técnica, passando a ser vista como um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (ALTIERI, 2001: p.16).

Os agricultores familiares vêm realizando diversas inovações (tecnológicas e gerenciais) e acumulando inúmeras experiências positivas. Porém, será necessária a adoção de outros métodos de assistência técnica que favoreçam a socialização dessas experiências. A aposta é que as diversas instituições do Estado, das organizações não governamentais — ONG's — e dos movimentos de ação coletiva possam, juntos, contribuir para transformar essa realidade. Entretanto, existem enormes dificuldades para se estabelecer alianças e

definir uma agenda de compromissos entre os técnicos da extensão rural oficial e os agricultores familiares.

É necessário uma investigar os modelos de assistência técnica oferecidos à agricultura familiar, principalmente porque não existem estudos à disposição dos agricultores familiares e de suas representações, como também das instituições do Estado para compreender, de maneira científica, os modelos de extensão, o que gera limitações nas propostas e soluções para os problemas da assistência à agricultura familiar. Além disso, existe no Brasil uma grande deficiência nos programas de formação em ciências agrárias voltados aos interesses da agricultura familiar. Portanto, se precisa de estudos científicos sobre a assistência técnica e extensão rural.

Para se colocar em prática um outro modelo de desenvolvimento, será imprescindível promover um modelo de agricultura sustentável que não poderá ser alcançado apenas mediante os processos de transferência de tecnologia. Para atingir esse objetivo, precisa que os serviços de assistência técnica e a extensão rural sejam melhorados, para serem instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural. Além disso, será necessário que o processo de construção dos conhecimentos sobre os diversos agroecossistemas, os aspectos sociais, culturais e econômicos permitam reconhecer que os agricultores são capazes de construir esse outro modelo de desenvolvimento.

Por um lado, os agricultores familiares no Brasil sempre conviveram sob um poderoso regime político e social dominador, no qual nunca lhes foram proporcionadas oportunidades e liberdade de expressão¹. Assim, essa condição de exploração e submissão sempre foi um fator limitante à compreensão crítica das suas próprias relações de opressão, favorecendo a criação por eles mesmos de modelos de representação que incorporaram os valores do dominador (técnico ou Estado) como protetor e, principalmente, provedor de sustento².

¹ Veja o estudo de DUROUSSET (2001).

² A maneira como ocorre a incorporação dos valores do dominador é apresentada em detalhes na obra de MOORE JUNIOR, Barrington (1987).

Por outro lado, em diversos momentos, os agricultores familiares foram convocados a participar do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, porém sua inserção fora sempre marginal, ou seja, como fornecedores de mão-de-obra e alimentação barata, viabilizando os empreendimentos capitalistas do setor industrial. Noutros momentos, sob a ótica dos povos das cidades, foram vistos como invasores, desqualificados e incapazes de serem protagonistas de seu próprio destino. Assim, todo o poderio da elite dominante ainda não deu oportunidades para eles exercerem a sua cidadania e serem considerados sujeitos e atores plenamente capazes.

Urge o desafio de reconhecer e favorecer o potencial dos agricultores familiares, não somente pela sua capacidade de produzir alimentos, mas, sobretudo, pela sua capacidade de fornecer outros modelos de organização social que favoreçam a solidariedade, a interação e a reciprocidade entre os indivíduos. Faz-se necessário considerar também sua importância em relação a outros modelos de organização da sociedade. Estudos de ABRAMOVAY (1998) e WANDERLEY (2000), mostram que hoje nem sempre é possível uma separação completa entre as fronteiras do mundo urbano e rural. De acordo com eles, quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades, impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade deixando de ser encarada como uma reserva de mão-de-obra barata.

Os processos de transferência de tecnologia não são nem política e nem socialmente neutros, mas portadores de modelos de representação do mundo e de ideologias. Assim, as opções tecnológicas não são inocentes e, por isso, condicionam as possibilidades futuras dos agricultores; nelas estão também presentes projetos políticos que, na maioria das vezes, reforçam os mecanismos de poder e dominação inseridos em pacotes tecnológicos da Revolução Verde. O modelo de assistência técnica “difusionista” é utilizado pelos sistemas de produção considerados “modernos” que funcionam de acordo com os interesses da agroindústria. Um bom exemplo desse modelo são os casos dos agricultores integrados na produção de suínos, aves e frutas.

Principalmente após a década de 60, passou a existir uma corrente ideológica que contribuiu para o crescimento do paradigma técnico-científico vinculado à Revolução Verde, utilizando-se de um discurso científico, procurou desqualificar as ações dos agricultores, sujeitos capazes de produzirem conhecimento. A ciência, representada pelas recomendações dos serviços de assistência técnica, monopolizou o domínio da geração dos conhecimentos. Tais recomendações passaram a ser vistas como verdades únicas, reforçando a idéia de que os agricultores são apenas receptores das inovações tecnológicas. Isto os fez perder, dia-a-dia, sua tradição cultural e histórica de produção de conhecimento, a qual, se mantida, poderia leva-los a uma maior autonomia.

Entretanto, desde o início dos anos 80, vários estudos vêm analisando as conseqüências sociais, ambientais e econômicas promovidas pela rápida disseminação do paradigma técnico-científico da Revolução Verde sobre as diversas regiões do mundo, sobretudo nos países mais pobres do Terceiro Mundo. No Brasil, tais estudos foram desenvolvidos principalmente pelas organizações da sociedade civil, e, mais recentemente, por algumas poucas instituições oficiais de pesquisa e de extensão rural com o objetivo de promover outros modelos mais sustentáveis de desenvolvimento agrícola.

Não obstante as primeiras experiências desenvolvidas, foi somente a partir da década de 90 que se iniciou, de maneira mais intensiva, a construção de outros modelos mais sustentáveis voltados para um outro padrão de desenvolvimento onde se fez uma crítica mais contundente sobre os efeitos do modelo sócio-econômico e técnico dominante na agricultura brasileira. Essas experiências alternativas utilizaram-se das abordagens participativas nos processos de pesquisa-desenvolvimento que requerem uma maior valorização dos conhecimentos tradicionais mediante um estreito diálogo entre o saber científico e o saber popular dos agricultores. Dentro dessas experiências, destacam-se aquelas que estão embasadas na agroecologia, como componente de um outro paradigma científico, promovendo intercâmbio de conhecimento a partir de realidades locais desenvolvidas junto aos agricultores familiares.

Portanto, mostraremos no decorrer da tese, que a agricultura familiar não visa somente às atividades de produção, mas a inúmeras outras ligadas à sua reprodução e à sua organização política, econômica, social e cultural. Isso implica que devemos valorizar o papel político pedagógico na concepção e implementação dos projetos de desenvolvimento dos agricultores. Assim, é na busca de reconhecimento e de valorização de suas potencialidades que os agricultores familiares estão se deparando com os problemas de inadequação das políticas públicas a eles destinadas; dentre eles, tratar-se-á aqui, especialmente, da problemática da assistência técnica.

1.2 - As questões investigadas

Atualmente, diversos estudos vêm mostrando o descompasso e a incapacidade das políticas públicas do Estado brasileiro de considerar os agricultores familiares como sujeitos e atores capazes de gerir seus próprios processos de desenvolvimento. Portanto, uma primeira questão é: **será que um outro modelo de assessoria técnica e social pode favorecer e reforçar tais capacidades, em que os técnicos sejam realmente parceiros na definição e execução dos planos de desenvolvimento elaborados junto com os agricultores?** Ademais, através das experiências desenvolvidas pela EMATER-PB, pelo Projeto LUMIAR e por duas ONG's (PATAC e AS-PTA), **quais são os aspectos dos serviços de assistência que condicionam ou favorecem o exercício do poder de decisão dos agricultores voltados aos seus projetos de desenvolvimento ?**

Procurou-se investigar também as metodologias, os discursos e as práticas de participação utilizadas pelos serviços de assistência técnica que podem facilitar, ou não, a perpetuação da reprodução das relações de autoritarismo e dominação dos agricultores familiares. Isso levou à análise das atitudes democráticas e autoritárias nas relações entre técnicos e agricultores. Logo, as outras questões estudadas foram: **como problematizar as atuais relações de dominação dos serviços de assistência técnica e construir outras relações que permitam aos agricultores construir seus projetos e sua cidadania? Quais são essas relações? De que maneira as metodologias de trabalho utilizadas pela assistência técnica interferem, favorecendo ou inibindo esse processo?**

O que se pretende evidenciar, neste estudo, é a tensão entre os poderes e os saberes dos técnicos (conhecimento científico) e dos agricultores (saber popular), procurando delimitar e aprofundar alguns dos aspectos metodológicos do trabalho dos técnicos, tais como suas lógicas e estratégias, os seus discursos e sua ação cotidiana de trabalho. Esses recortes têm por objetivo colocar em relevo as divergências e as convergências relacionadas ao mecanismo de saber-poder.

Em relação ao poder, FOUCAULT (1979) mostra que ele possui natureza multifacetada e que as suas relações não podem ser explicadas de forma dicotômica: uns possuem e o concedem e outros não o possuem. Para o referido autor, o poder não é meramente uma mercadoria a ser possuída, acumulada e imposta aos outros de forma não problemática, ou superada simplesmente por atos de boa vontade dos atores envolvidos na aplicação de estratégias participativas, no caso do trabalho dos técnicos.

O conjunto destas reflexões oferece os elementos para formular três hipóteses principais de estudo. Vale registrar que estas hipóteses significaram apenas um conjunto de orientações iniciais para a pesquisa. Desse modo, procurou-se direcionar nosso estudo, mais do que fazer demonstrações.

1.3 - As hipóteses

Numa primeira hipótese: as ações dos técnicos são portadoras de visões de mundo, ou seja, de modelos de razão e verdade. No caso dos programas de assistência técnica oficial oferecida à agricultura familiar, existem divergências significativas entre os técnicos e os agricultores no modo de compreender esses diferentes modelos de razão e verdade. Essas divergências se devem, principalmente, à compreensão limitada dos técnicos fazendo com que este pensem que, por causa do seu nível de estudo, podem desprezar a cultura dos camponeses, quando estes têm um saber e uma cultura tão relevantes quanto os do técnico. Ademais, a permanência das velhas estruturas de dominação e da posição de modéstia dos

agricultores familiares contribui para a manutenção da cultura da dependência e da subalternidade.

Nossa segunda hipótese será que, através das metodologias participativas da assistência técnica, a troca de saberes entre técnicos e agricultores familiares contribui para a melhoria na eficácia desses serviços de apoio à agricultura familiar. O reconhecimento da capacidade de sujeito dos agricultores familiares e sua efetiva participação possibilitam uma maior convergência das lógicas, estratégias e métodos de trabalho, podendo reduzir os conflitos e ampliar os resultados das respectivas ações. Os agricultores familiares, embora não se manifestem abertamente, reagem aos atuais modelos de assistência técnica oficial, ignorando as suas recomendações, ao invés de reivindicarem o reconhecimento de suas potencialidades de sujeitos capazes de participarem, proporem e realizarem ações de desenvolvimento.

Numa terceira hipótese, estabelece-se como parâmetro de investigação a possibilidade da adoção de uma outra assistência técnica participativa como forma de melhorar o diálogo e as relações entre os agricultores familiares e os técnicos. Isso pode ocorrer no momento dos diagnósticos participativos junto às comunidades e, posteriormente, na formulação e na implementação dos programas de assistência e, sobretudo, com o controle social e a efetiva participação dos agricultores no processo de avaliação, adequando os serviços de assistência às suas necessidades.

1.4 – A metodologia

A estratégia metodológica do estudo foi conhecer e analisar os discursos e as práticas dos agricultores, técnicos e gestores dos serviços de assistência técnica, visando compreender: seus modelos teórico-práticos, estratégias, lógicas de ação, metodologias, relações e atitudes. A partir daí, o trabalho buscou desenvolver uma análise dos modelos de assistência, através do estudo dos casos da EMATER-PB, do PATAC, da AS-PTA e do Projeto LUMIAR, procurando conhecer e acompanhar a dinâmica desses serviços. Além disso, procuramos identificar quais são os modelos, os limites e as possibilidades, bem

como as características dos serviços de assistência técnica, voltados a atender aos interesses dos agricultores familiares.

O objetivo foi investigar a pluralidade dentro das experiências existentes de assistência técnica, ou seja, os serviços oficiais, (por isso se escolheu a EMATER-PB, e o ex-Projeto LUMIAR que se apresentava como uma experiência diferente) e os não oficiais (as experiências das ONG's, que atuavam na área da agricultura familiar). No caso das ONG's uma das razões da escolha foi pela facilidade de acesso do ponto de vista da distância física, mas principalmente por elas já terem um importante trabalho desenvolvido junto aos agricultores familiares da região, além de já terem tido parceria em algumas atividades com alguns professores da universidade.

Foram também estudados numa primeira fase da pesquisa, diversos trabalhos sobre a temática da assistência técnica e extensão rural, tais como: documentos oficiais e relatórios técnicos da EMATER-PB e do Projeto LUMIAR; documentos dos órgãos federais e dos Estados, entre eles MDA/INCRA/CNDRS, MA/DATER, FAO, PNUD, IICA, BANCO MUNDIAL, EMBRATER, EMBRAPA, BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, BANCO DO NORDESTE e SUFRAMA; documentos dos sindicatos e das associações dos agricultores familiares; documentos publicados pela FASER, ASBRAER e Congresso Nacional; documentos das ONG's, em especial do PATAC e da AS-PTA. Utilizou-se, também, de outros relatórios diversos, publicados em congressos científicos, de monografias e de teses acadêmicas.

Em relação aos trabalhos acadêmicos, o pesquisador realizou algumas leituras importantes das teses de doutoramento mais recentes que tratavam da questão específica da assistência técnica e extensão rural e da agricultura familiar, em especial a tese de CAPORAL (1998), e de MUSSOI (1998), que são professores universitários e também extensionistas, onde eles mostram as experiências da extensão rural do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina respectivamente. Além disso, se estudou a tese de MASCARENHAS (1997), onde ele mostra a questão da seletividade das políticas públicas e os seus efeitos no caso do sistema de extensão rural brasileiro. Outras teses importantes foram a de

ALMEIDA (1999) e a de BRANDENBURG (1999), pois elas tratam também da temática do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e das ações coletivas.

O trabalho foi realizado mediante o uso de técnicas de metodologia qualitativa. Dada a natureza da pesquisa, fizemos esta opção, que pode ser justificada pelo fato de esta permitir uma melhor observação das dinâmicas, lógicas de ação e das relações entre técnicos e agricultores. O estudo utilizou-se do método participativo, buscando formas de reflexão individual e coletiva envolvendo técnicos, gestores e agricultores familiares. Nesse aspecto, os estudos de Florestan Fernandes (1960) mostram que a observação participativa tem como principal objetivo proporcionar ao pesquisador uma situação favorável à coleta de dados, visto que ele tem a oportunidade de melhor avaliar a veracidade das informações.

Para as entrevistas, abertas e semi-estruturadas, foi elaborado um roteiro de questões que foram respondidas através do diálogo com os entrevistados permitindo a coleta das informações. Essas entrevistas foram realizadas com agricultores, técnicos e gestores, de modo que foram guiadas por um roteiro específico para cada categoria de entrevistado. Adotou-se o procedimento da técnica de entrevista aberta, visando estimular o diálogo (veja os roteiros utilizados em anexo).

O trabalho de campo foi realizado durante o período de 2002 e 2003, através de visitas e da participação nas próprias atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos agricultores, técnicos e gestores, particularmente na região do pólo sindical da Borborema, no Estado da Paraíba. Organizou-se uma agenda com os diversos eventos e atividades que já estavam sendo realizados pelos atores envolvidos na problemática; a partir deles, realizou-se um conjunto de 39 entrevistas que foram gravadas e, posteriormente, analisadas.

Utilizou-se também de outras estratégias de coleta de informações complementares, através da participação nas próprias dinâmicas do público investigado, tais como: reuniões, visitas, cursos, treinamentos, seminários e feiras onde se encontrava o público alvo. Buscou-se, a partir desses encontros, uma observação mais sistemática das questões levantadas neste estudo. Nessas oportunidades, foram realizados vários diálogos informais

com os atores, procurando o aprofundamento de determinadas questões que se apresentavam ainda problemáticas.

A pesquisa foi realizada de maneira participativa procurando estabelecer uma boa interação com os atores pesquisados, de maneira a compreender suas dinâmicas de organização e suas relações. Nesse sentido, o pesquisador participou de dois seminários junto com os técnicos da EMATER-PB que tiveram como propósito debater os problemas da assistência técnica e extensão rural, bem como propor soluções. Além disso, o pesquisador participou também de várias reuniões internas dos gestores e técnicos da EMATER-PB que ocorreram na Regional de Campina Grande. Nesta oportunidade, estiveram também presentes outras instituições que trabalham com os agricultores familiares, como o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a CONAB, dentre outros.

No caso da pesquisa junto a EMATER-PB foram realizadas algumas visitas na sede da empresa em Cabedelo-PB com o objetivo de entrevistar alguns dos gestores da instituição e obter alguns dados que não se encontravam disponíveis nos escritórios regionais e locais. Nesta oportunidade, foram entrevistados: o diretor técnico; o coordenador de Planejamento; o coordenador de Recursos Humanos; o coordenador do setor de crédito rural; a coordenadora do Núcleo de Organização Social e, finalmente, o diretor presidente. Nesta oportunidade foram entrevistados também os diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural — SINTER/PB.

Da mesma maneira, foram também acompanhadas reuniões de trabalho, de diagnóstico e planejamento, de avaliação promovidas pelas duas ONG's estudadas. Além dessas atividades, o pesquisador participou de vários eventos e seminários organizados pela Articulação do Semi-Árido, dentre eles destacando-se o Encontro Estadual de Agroecologia. Durante esses diversos eventos, foi possível observar e participar dessas dinâmicas e dos debates entre os técnicos e os agricultores. Nesta oportunidade, realizaram-se inúmeros diálogos informais com os técnicos, gestores e coordenadores das ONG's estudadas. No caso do PATAC, o pesquisador também participou, em 2003, de uma

reunião do Conselho Diretor, onde foram discutidas as ações, os problemas e as perspectivas futuras da instituição.

O pesquisador realizou ainda durante o primeiro semestre de 2003 algumas visitas à feira agropecuária de Campina Grande — FEAGRO, organizada pela EMATER-PB e à feira agroecológica de Lagoa Seca, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o apoio da AS-PTA. Durante essas visitas foram entrevistados vários agricultores e técnicos das instituições investigadas. A partir dessas feiras, organizou-se uma agenda com os agricultores e técnicos sobre os eventos a serem promovidos naquele período. Assim, o pesquisador pôde acompanhar outras dinâmicas realizadas com os agricultores da Região do pólo sindical da Borborema. Nessa etapa, acompanhamos alguns treinamentos realizados pela AS-PTA e pelo PATAC junto aos grupos de agricultores experimentadores, tais como: barrageiros, cultivos ecológicos, recursos hídricos, criação animal, dentre outros. Após, os trabalhos desenvolvidos pelas ONG's, o pesquisador realizou algumas dinâmicas de grupo utilizando-se da técnica do Diagrama de Vênn³. Durante essa dinâmica, sob a coordenação do pesquisador, os agricultores foram estimulados a falar sobre o trabalho desenvolvido por várias instituições que eles conheciam na comunidade, mas o objetivo maior era apreender o conteúdo qualitativo desses debates. Registra-se que este foi um dos momentos mais ricos da pesquisa, onde os agricultores puderam apresentar a sua verdadeira opinião sobre os serviços de assistência técnica.

³ O Diagrama de Venn é uma técnica utilizada na pesquisa qualitativa, ela é utilizada como um instrumento de comparação bastante apropriado para a análise da atuação das instituições em uma comunidade, ou do relacionamento desta com as instituições. Esta técnica permite conhecer, do ponto de vista de um grupo ou indivíduo, a importância e efetiva atuação institucional. Assim, faz-se um desenho de um círculo central, que representa a comunidade, é circundado por outros círculos de tamanho diferentes. Estes representam as instituições atuantes. O tamanho dos círculos é definido pela importância da instituição (segundo a visão da comunidade). A posição dos círculos em relação ao círculo central (mais ou menos afastados) indica a atuação das instituições (quanto mais próximo, mais atende as necessidades do grupo). Portanto, uma instituição pode ser importante (círculo grande), e não ter efetiva atuação na comunidade. O mais importante é a discussão desencadeada dentro do grupo, pois é uma dinâmica que facilita a interação e permite a obtenção da opinião e da justificativa dos membros do grupo. Na pesquisa, o trabalho foi realizado longe de qualquer pessoa pertencente às instituições investigadas de modo que elas não tiveram acesso aos locais e nem aos resultados obtidos. Vale ressaltar que é uma técnica simples, porém pouco utilizada pelos pesquisadores. A escolha dessa técnica foi em função da nossa experiência anterior durante a pesquisa da avaliação exploratória do Projeto LUMIAR.

Como vimos, a amostra foi estabelecida segundo THOLLENT (1986: p.62), em função dos critérios de representatividade qualitativa, ficando assim caracterizada como uma amostragem intencional — elegeu-se um pequeno número de pessoas escolhidas em função da relevância que elas representavam em relação ao assunto pesquisado. O público alvo entrevistado foi: os técnicos da EMATER-PB, do PATAC, da AS-PTA e do ex-Projeto LUMIAR, além de agricultores e gestores das instituições responsáveis pela assistência técnica.

No caso do Projeto LUMIAR, o pesquisador utilizou-se, de maneira inédita e privilegiada, de uma série de informações coletadas durante a avaliação exploratória realizada em 1999 e da experiência de ter sido Supervisor Externo do Programa durante o período de 1997 a 1999. A informação foi completada pela realização de uma investigação nos documentos do Programa, procurando realizar-se uma espécie de “escavação arqueológica”, visando identificar a existência dos aspectos limitantes e potenciais da experiência que pudessem apontar ou não para uma outra assistência técnica. Esse levantamento se fez necessário porque alguns estudos indicavam a possibilidade de se encontrarem elementos importantes em relação à experiência do Projeto que, mesmo sendo positiva, foi abortada pelo Estado brasileiro. Para tanto, o relatório das pesquisas de avaliação *ex-ante* e *ex-post* do LUMIAR foram utilizados, além de inúmeros outros relatórios e trabalhos produzidos pelos atores envolvidos no referido Projeto.

Capítulo 2

PROBLEMÁTICA TEÓRICA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 - INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho foi estudar casos de assistência técnica oficial e alternativa, procurando refletir sobre as condições de sua adequação para apoiar eficientemente a agricultura familiar. Qual é o papel do Estado e das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural frente à agricultura familiar? A idéia subjacente é que cada modelo de “desenvolvimento rural” tem, associados, sua forma de conceber o projeto agrícola e seu tipo de assistência técnica.

Segundo BIANCHINI (2001:72), os diversos e sucessivos enfoques do que seja “desenvolvimento” determinam políticas macroeconômicas que, por sua vez, orientam projetos em sua elaboração, execução e em seus resultados. Acrescentaríamos que esses projetos, profundamente marcados pelo conceito de “desenvolvimento” que os inspirou, incluem todas as etapas do processo: da pesquisa (e do ensino que formou os pesquisadores) à divulgação de seus resultados. Esse autor avisa que a explicação do significado de desenvolvimento se reveste de enormes dificuldades, pela complexidade do tema e de seus componentes.

NAVARRO (2001: 5) distingue o **desenvolvimento agrícola** (ou agropecuário), relativo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, no sentido estritamente produtivo, do **desenvolvimento agrário**, que diz respeito a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas a estrutura agrícola. Define ainda o **desenvolvimento rural** (Ibid.: 6) por uma ação articulada para induzir mudanças em um determinado ambiente rural. Portanto o desenvolvimento agrícola teria por referência um

setor de atividade, o desenvolvimento rural um espaço específico. Nesta tese, quando iremos nos referir ao “desenvolvimento” e a seus diversos modelos, é o desenvolvimento rural que teremos em vista, ou seja, os efeitos dos planos e projetos sobre a população rural, mas é a contribuição das atividades agro-pecuárias para o desenvolvimento rural que teremos em mente.

Alias, afirma NAVARRO (ibid.: 6), nenhuma das propostas (que têm variado ao longo do tempo) deixa de destacar como objetivo final do desenvolvimento rural a melhoria do bem-estar das populações rurais. GRAZIANO DA SILVA (2001:43) indica também como objetivo do desenvolvimento o combate à pobreza.

No entanto, historicamente, as primeiras propostas visando o desenvolvimento (expressas no pós-guerra até os anos 70) situavam claramente as atividades agro-pecuárias a serviço de um “desenvolvimento” que significava a integração da sociedade nacional no mundo capitalista. Segundo BIANCHINI (2001:72), prevalecia “*a analogia simplificadora entre desenvolvimento e crescimento econômico, em que aumentar os dados de indicadores associados à renda era a primeira e única prioridade dos projetos de desenvolvimento*”. Ihe correspondia a ideologia da “modernização”, traduzida pelos parâmetros da Revolução Verde. A esse modelo, ainda predominante em vários setores da sociedade, corresponde uma certa visão da assistência técnica.

Continuando seu raciocínio, BIANCHINI acrescenta (Ibid.): “*A medida que o modelo de modernização da agricultura centrado na revolução verde começa a dar sinais de crise, por não resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais do meio rural (acrescentaríamos: por causar problemas econômicos, e sobretudo, sociais e ambientais), o próprio conceito de desenvolvimento centrado no crescimento econômico passa a incorporar outros indicadores sociais, ambientais e institucionais, alterando também as metodologias de diagnóstico e planejamento*”. E, tal é nossa tese, o tipo de assistência técnica vai mudando paralelamente.

Esta evolução desembocou hoje num conceito de desenvolvimento radicalmente oposto ao modelo da revolução verde. Se este último se mostrou inviável quer do ponto de vista de seus custos, quer da sua sustentabilidade ambiental, um “outro” modelo de desenvolvimento vai se firmando, baseado na agroecologia. Veremos que não se trata apenas de técnicas, mas de uma visão integradora, tomando em consideração aspectos econômicos, sociais, ambientais, como também uma concepção ética e política do papel do agricultor.

Ao primeiro caso – o modelo de “modernização conservadora” traduzido na agricultura pelos paradigmas da Revolução Verde —, corresponde um modelo de assistência técnica “difusionista”, autoritário, impondo “pacotes”. A medida que um outro modelo vai se esboçando, novos parâmetros começam a aparecer para a assistência técnica, baseados na adaptação a cada situação local, no respeito do saber do produtor, no diálogo construtivo.

Este capítulo vai apresentar sucessivamente o modelo da “modernização conservadora”, divulgando o paradigma da Revolução Verde e da assistência técnica que a serve; e, no outro extremo, o modelo agroecológico que traz consigo um tipo de assistência técnica totalmente diferente – tão diferente que chega a recusar a expressão “assistência técnica”, e prefere falar de “apoio ao produtor” ou de “assessoria”. Qualificaremos o primeiro modelo de “dominador” e analisaremos como essa dominação se manifesta em todas as práticas do técnico. Quanto ao modelo oposto, veremos como ele se adapta particularmente bem à agricultura familiar, respeitando sua lógica e suas estratégias, incentivando sua criatividade, procurando realmente estar a serviço da qualidade de vida da população.

Mas para fazer essa demonstração, necessitamos propor também uma reflexão sobre a importância da produção familiar para o desenvolvimento e sobre as lógicas do produtor rural que se afinam perfeitamente com o modelo da agroecologia. E inicialmente, precisaremos aprofundar o próprio conceito de assistência técnica e extensão rural e fazer uma contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural.

Este capítulo comportará, portanto cinco sub-itens:

1. Aprofundando o conceito de assistência técnica e extensão rural
2. A contextualização dos paradigmas da assistência técnica e extensão rural
3. O modelo conservador do desenvolvimento concretizado na Revolução Verde
4. O modelo da agroecologia
5. A agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento.

2.2. APROFUNDANDO O CONCEITO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

RIASCOS (1973: p.1) descreveu os objetivos da extensão como sendo educação para a população rural: mudança de atitudes, conhecimento e destrezas; ajudar o povo a ajudar-se a si mesmo; trabalhar com homens e mulheres; despertar ambições; encontrar meios para alcançar essas ambições; desenvolver indivíduos, líderes e sociedade; trabalhar juntos para aumentar o bem-estar; manter relações vivas e harmônicas com a cultura do povo; um caminho de mão dupla: leva e traz; um processo educativo contínuo.

Ao fazer referência ao aspecto conceitual, RÖLING (1988: p.36) ressalta que o termo “extensão rural” se mostra pouco operacional e impreciso, cobrindo muitas atividades que têm significados diferentes. Segundo RÖLING,

“na Grã-Bretanha, Alemanha e Escandinávia, esse termo se focaliza no trabalho de aconselhamento (advisory work) para resolver problemas específicos, enquanto na tradição americana é usado o termo extensão educativa (extension education) para enfatizar que se trata de atividades educacionais que procuram ensinar as pessoas a resolver problemas através da divulgação de informações. Nos Países Baixos usa-se a palavra voorlichting, que significa a idéia de

esclarecimento e iluminação (colocar uma luz em frente de alguém para facilitar a procura do caminho), enquanto na França o termo vulgarisation indica que se trata da simplificação de informações para que o "vulgus", o povo comum, possa entendê-la".

RÖLING (1988: p.39) identificou em várias definições do termo de extensão os seguintes elementos em comum: 1- extensão é uma intervenção; 2 – extensão utiliza comunicação como seu instrumento para produzir mudança; 3- extensão pode ser eficiente apenas através da mudança voluntária; 4- extensão focaliza um número de diferentes processos orientados aos fins e resultados que a distinguem de outros tipos de intervenção através de comunicação, como propaganda, ensino, relações públicas, informação em geral, terapia e coerção administrativa ou política. RÖLING formula uma definição na qual a extensão é

"Uma intervenção profissional através da comunicação desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento voluntário, com uma utilidade supostamente pública ou coletiva".

No Brasil, foram utilizados os termos de assistência rural, extensão rural, assistência técnica e extensão rural, para denominar essa modalidade de trabalho com os agricultores. Segundo RIASCOS (1973), o extensionista é visto como educador e o trabalho de extensão é baseado principalmente no poder persuasivo da demonstração, compreendendo os aspectos da extensão, psicologia educacional, sociologia rural e antropologia rural aplicada. Para esse autor, os seguintes princípios pedagógicos estão aplicados nos programas de extensão: participação, uso democrático da ciência aplicada, cooperação, organização básica, variação do método segundo as necessidades do grupo, programa de pesquisas e ensaios, reconhecimento das necessidades e das mudanças culturais. No entanto, o próprio autor reconhece que esses princípios não fazem parte da prática da maioria das diferentes instituições de extensão rural brasileira.

Segundo MASCAREÑO (1999: p.15), os termos “assistência técnica” e “extensão rural” são classicamente conhecidos como “*o processo de transferência de tecnologia agropecuária e administrativa aos produtores para promover o desenvolvimento sócio-econômico do campo*”. De acordo com essa autora, o objetivo da assistência técnica e extensão rural é modernizar o mundo agrário através da transmissão, de forma explícita ou implícita, de valores, técnicas de produção, padrões de comportamento e de consumo característicos de sociedades mais avançadas.

Ao analisar a história da extensão rural no Brasil, FREITAS (1990: p.112) verificou que o conceito de extensão rural sofreu transformações, evidenciadas em inúmeros trabalhos e nas próprias diretrizes das instituições oficiais que administram o sistema de extensão no País. Segundo a autora, essas mudanças partem da idéia mais comum que é a associação com a transferência de tecnologia até a consideração da extensão como um processo educativo, envolvendo uma equipe multidisciplinar. A pesquisadora definiu extensão rural como:

“A arte de interagir tecnicamente junto às famílias de pequenos e médios produtores, visando ajudá-los a estabelecer e implementar alternativas para resolver seus problemas de produção, produtividade e a melhoria das condições de vida, na incessante busca de combinar saber científico com o saber popular, sem agressão ao meio ambiente e utilizando processos educativos” (FREITAS 1990: p.112)

MASCAREÑO (1999: 16) considera que, embora o conceito de assistência técnica e extensão rural tenha sofrido pequenas variações no decorrer do tempo, o tema recorrente ao discurso extensionista é admitir que a extensão deve ser uma atividade de natureza educativa, pois seu objetivo é produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas, promovendo desta forma o desenvolvimento das comunidades rurais e, conseqüentemente, do País.

Entretanto, a maior crítica foi desenvolvida por FREIRE (1992: p.20). Para esse autor, o termo “extensão” significa “*estender algo a alguém. Alguém, sujeito ativo (por exemplo, o extensionista), estende algo, o objeto direto da ação verbal (por exemplo, seus conhecimentos; o conteúdo, escolhido por quem estende), a alguém, o objeto indireto da ação (por exemplo, o agricultor; o receptor do conteúdo)*”. Assim, houve muita reação contra o conceito de extensão pela idéia de imposição de cima para baixo, evidenciada por FREIRE (1992: p.41), que criticou o caráter antidialógico do termo, embora isto tenha levado a muitos contra-terminos como “*animação*”, “*mobilização*” e “*conscientização*”.

Dentre diversas outras críticas, destaca-se a de SCHMITZ (2000: p.53) ao afirmar que o aspecto mais complicado da extensão é sua natureza contraditória, sendo ao mesmo tempo um instrumento de intervenção planejada para alcançar o objetivo do interventor que pode ser eficiente apenas através da indução de mudanças voluntárias, que venham ou não satisfazer os objetivos dos agricultores. O referido autor acredita que essa contradição pode ser resolvida quando os objetivos da extensão são os mesmos do agricultor, ou quando os objetivos da extensão podem ser adaptados aos objetivos dos agricultores.

Portanto, como foi mostrado, o conceito de assistência técnica e extensão rural nasceu como parte de uma abordagem que entendeu, equivocadamente, a pesquisa e a extensão como atividades diferentes, relacionadas uma à outra no processo de transferência de tecnologia. Nesta abordagem a pesquisa gera conhecimentos que a assistência técnica e extensão rural transmitem aos agricultores. O ator, responsável por uma fase, não tem responsabilidade na fase seguinte. A iniciativa parte dos pesquisadores e dos extensionistas, enquanto o “receptor”, o agricultor, se mantém passivo; seu saber não é considerado, inclusive ele nem é consultado. Esse modelo parte do pressuposto de que o agricultor adota práticas inadequadas na gestão de sua propriedade e resiste às inovações tecnológicas. Outro equívoco desse modelo é que o processo de comunicação é linear, dos centros internacionais para os nacionais, onde o conhecimento é adaptado por meio de especialistas em determinadas tecnologias que, após sua tradução, fazem recomendações em forma de “pacotes tecnológicos” para que os técnicos extensionistas possam transferir seu conteúdo para os agricultores.

2.3 – A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PARADIGMAS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Além dos aspectos anteriormente citados, outros fatores também contribuem para as atuais críticas do modelo de assistência técnica e extensão rural baseado no modelo produtivista da Revolução Verde. De um lado, encontram-se os defensores da comprovada insuficiência do paradigma dominante da difusão das inovações. De outro, existem muitos que acreditam na possibilidade de os novos enfoques exigirem a adoção de outros parâmetros e métodos que poderão transformar a prática da extensão rural convencional num instrumento mais eficiente para o desenvolvimento.

Faz-se mister o uso da palavra insuficiência, porque, embora alguns autores acreditem na superação do paradigma dominante ou mesmo numa possível revolução paradigmática da assistência técnica e extensão, o modelo difusionista do paradigma da transferência de tecnologia continua sendo o mais usado e não tem perdido sua vigência e importância.

Isso está evidente, inclusive nas abordagens de autores empenhados na construção de alternativas, como no caso de RÖLING, que defende uma tese atual da existência de dois paradigmas extremos na ciência da extensão: um da **transferência de tecnologia** e o outro da **facilitação**. Segundo o autor,

“o primeiro é o modelo convencional adotado nas últimas décadas, e o segundo é um modelo adequado para a construção da agricultura sustentável. Entretanto, devemos destacar que para a promoção do desenvolvimento, a transferência de tecnologia é também aplicada visando alcançar a agricultura sustentável e que muitos avanços tecnológicos, baseados na investigação convencional, continuaram sendo úteis nesta nova perspectiva” (RÖLING, 1996: p.246).

Do mesmo modo, outros autores propõem no paradigma da facilitação a abordagem do “agricultor em primeiro lugar”, o “agricultor primeiro e último”, (do Inglês: “*Farmer First*”; “*Farmer First and last*”), lembrando que este enfoque e seus métodos constituem um paradigma complementar, uma vez que o enfoque da transferência de tecnologia, incluindo a investigação por produto, a investigação básica, as estações experimentais e os laboratórios sempre serão necessários. (CHAMBERS et. all, 1993)

O trabalho de CAPORAL (1998: p.325) mostra que isto não deixa de ser uma questão conflituosa, na medida em que o chamado novo paradigma da extensão, em suas diferentes variantes, parte da crítica ao modelo convencional de difusão das inovações. Então, faz necessário observarmos que existe uma diferença fundamental entre admitir a necessidade da ciência e do desenvolvimento tecnológico e assumir o modelo teórico linear e reducionista da difusão de inovações como o único meio para alcançar a mudança tecnológica e social no meio rural.

Nos serviços de assistência técnica e extensão rural predominou de forma quase que hegemônica a incorporação do chamado modelo “Rogeriano”. De acordo com esse modelo, uma inovação é conceituada como uma idéia, uma prática ou um objeto que é percebido como algo novo por um indivíduo ou uma outra unidade de adoção. Assim, gera-se uma certa mudança que desfaz a situação de equilíbrio em que se encontra o indivíduo e a comunidade, levando o indivíduo a adotar a novidade. Para que ocorra a adoção de maneira mais generalizada numa determinada comunidade, o encarregado da transferência de tecnologia deve estar capacitado para atuar de maneira a persuadir os indivíduos de que esta é a melhor opção que tem no momento para melhorar seu processo produtivo e seu nível de vida. Desse modo, a teoria da difusão de tecnologia foi adotada e se transformou, a partir da década de 60, na orientação teórica básica da extensão rural.

Todavia, foi justamente esse processo educativo, baseado na persuasão, unilateral e centrado na técnica, que veio a ser objeto principal da crítica aos serviços de extensão rural realizada por FREIRE (1983: p.12). Em sua teoria, FREIRE propôs uma ação pedagógica a serviço dos interesses populares, ao mesmo tempo em que incentivou o uso de métodos

alternativos em substituição aos tradicionais processos de transmissão de conhecimentos, denunciando a invasão cultural. Isso levou o autor a fazer duras críticas em relação à prática dos agrônomos. O ataque “Freiriano” ao modelo de extensão significava a defesa da educação como forma de afirmação da liberdade, ao contrário da praticada pelos técnicos da extensão junto aos agricultores.

CAPORAL (1998: p.328) mostra que a assistência técnica e extensão rural como aparato do Estado não foi introduzida para tratar de conscientizar as pessoas do campo sobre sua realidade, mas sim para ser um instrumento de desenvolvimento capitalista. Logo, CAPORAL afirma que *“as críticas de FREIRE (1983) e de seus seguidores não tiveram a repercussão que poderiam ter tido sobre a prática extensionista na América Latina. Ao contrário o modelo “Rogeriano” continuou sendo amplamente adotado”*.

Assim, como consequência desse debate sobre o papel da educação no meio rural, realizado por FREIRE (1983), surgiu a necessidade de adaptação na concepção da prática do extensionista como uma atividade educativa, passando a receber diversas abordagens dentro da perspectiva teórica “Freiriana” que era conflitivista e oposta ao enfoque “Rogeriano” do equilíbrio. Desse modo, observa-se que a pesquisa-participante foi, provavelmente, a primeira técnica que permitiu a construção de conteúdos a partir da realidade objetivada. Foi principalmente a partir daí que a questão da participação popular na elaboração, execução e avaliação de projetos de desenvolvimento rural passaram a ganhar muitos adeptos, especialmente na América Latina.

Por um lado, em relação a essa incorporação do discurso progressista, CAPORAL (1998: p.332) adverte que as formas de apropriação da palavra participação deram uma *“nova aparência nos planos e atividades da assistência técnica e extensão rural; esses passaram a incorporar uma tendência democrática nos discursos, mais como uma estratégia de cooptação da abordagem “Freiriana”*. No entanto, isso acabou também mostrando a incapacidade de realizar mudanças profundas no processo educativo da extensão rural pública e, especialmente, nas suas práticas e métodos de persuasão. Segundo

o autor, isto ocorreu porque *“não houve nenhuma mudança importante no modelo de desenvolvimento que orientasse o trabalho das agências públicas de extensão rural”*.

Por outro lado, apesar da manutenção hegemônica do enfoque “Rogeriano” que alimenta o paradigma difusionista, observa-se que esta prática não é a única possível e nem a definitiva para a assistência técnica e extensão rural, como se tem verificado nos últimos anos, especialmente pela prática de algumas ONGs e também pelas ações de algumas organizações do setor público, mediante a utilização de diferentes metodologias participativas. Assim, acreditamos que essas novas práticas pode estar contribuindo para um processo lento de mudança cuja noção de fortalecer o poder dos agricultores parece responder o que FREIRE (1983) e seus seguidores imaginaram ser o caminho para uma prática democrática e um outro tipo de assistência técnica e extensão rural.

Dentro deste quadro de disputa entre o paradigma consolidado e o emergente, torna-se difícil estabelecer, de maneira nítida, o que é absolutamente novo na ciência em relação à assistência técnica e extensão rural, bem como quais são as fronteiras que separam os novos aportes teóricos nos termos estabelecidos por KUHN (1978).

Para CAPORAL (1998: p.335), isso ocorre, provavelmente, pelo fato de que

“os diferentes autores partem de pontos de vista semelhantes com relação às falhas da teoria difusionista, o que leva ao estabelecimento de um marco epistemológico comum, ou muito próximo, sendo que as maiores diferenças surgem em relação ao maior ou menor grau de importância dado aos diferentes fatores considerados para a construção desse marco, embora permanecendo entre os autores dois pontos de partida em comum: a sustentabilidade e a equidade”.

Em relação a esse marco epistemológico comum, CAPORAL (1998: p.336) cita os seguintes fatores: a diversidade de realidades socialmente construídas; a diversidade de atores que influem e que são influenciados nos cenários onde se realiza a agricultura; as

diferentes racionalidades que movem os atores; os sistemas de pensamento e formas de ver o mundo que lhes são correspondentes; assim como a importância da participação como mecanismo necessário para fortalecer o diálogo e equilibrar as relações de poder.

Dentro desse contexto dos paradigmas, a posição teórica da agroecologia é defendida por SEVILLA-GUZMÁN (1995) e ALTIERI (1989) centrando as atenções na metodologia participativa de investigação-ação, na importância do desenvolvimento local, na evolução cultural, nos agroecossistemas e na racionalidade dos agricultores, como algumas das bases epistemológicas, embora não descartando também a importância da investigação convencional e dos avanços científicos.

O que se mostra evidente no recente enfoque da agroecologia sobre a ação extensionista é que não se pode desprezar a importância do conhecimento local e, particularmente, dos sistemas de conhecimento dos agricultores, como fundamentos para as estratégias de desenvolvimento sustentável, especialmente, nos países do Terceiro Mundo. Desse modo, o desenvolvimento é entendido como o apoio a atividades que já existem no meio rural e que são anteriores à chegada do extensionista (o agente externo). Portanto, na agroecologia há que se respeitar os conhecimentos existentes como conhecimentos legítimos e úteis para o desenvolvimento.

As tendências mais recentes desta última década procuram desenvolver modelos cada vez mais construtivistas que procuram dar poderes aos agricultores, utilizando processos de conscientização, ativismo e confrontação, bem como a facilitação e catalisação de aprendizagem local, para a análise e ação que são as bases dos enfoques mais promissores em ambientes de agricultores pobres e de poucos recursos.

Como veremos ao longo da tese, existe uma crise teórica do paradigma dominante da assistência técnica e extensão rural, ao mesmo tempo em que dá lugar a novas proposições, incorpora certos enfoques que se apresentam como alternativos, embora sendo, na maioria dos casos, apenas variantes do modelo convencional. Portanto, enquanto se manterem os pressupostos básicos do atual modelo de desenvolvimento da Revolução